

21/06/2018 - 12:15

Banco Mundial vê endividamento 'confortável' em 35 % do PIB para AL

Por **Rodrigo Carro**

RIO - A América Latina e o Caribe vivem uma situação fiscal frágil que continua a impulsionar a expansão da dívida pública dos países da região. A afirmação foi feita por Carlos Végh, economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, que participa nesta quinta-feira do seminário “Ajuste fiscal: O que significa para o Brasil?”, promovido pela Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Ao fim de 2017, 31 dos 32 países da região apresentavam déficit fiscal. De maneira geral, o desequilíbrio tem levado a uma degradação das notas de crédito dessas nações, acrescentou Végh. O nível médio de endividamento dos países da região em 2017 era de 57,6% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto no Brasil esse percentual estava em 74%. Para ele, um nível de endividamento de 35% do PIB seria “confortável”, levando-se em consideração as características da região.

“Não há dúvida de que a região precisa de ajustes” fiscais, afirmou o economista durante sua apresentação. Segundo ele, os déficits fiscais persistentes ameaçam as conquistas econômicas e sociais obtidas pelas nações da região, como a redução nas taxas de inflação, a diminuição da pobreza e desigualdade, a expansão da classe média e o crescimento inclusivo.

O economista ressaltou que o custo de fazer um ajuste fiscal cortando despesas primárias é menor do que o de aumentar impostos. A exceção à regra fica por conta dos países com baixa carga tributária, disse Végh.

Ele frisou que os custos financeiros de se executar cortes no investimento público e nas transferências sociais são muito elevados. “Diminuir o investimento público é a forma mais fácil de cortar gastos”, afirmou. “Não há eleitorado para [defender] o investimento público. As pessoas não saem às ruas para protestar por uma nova estrada que precisa ser construída”, exemplificou.

Brasil

Para alcançar uma relação estável entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) num período de dez anos, o Brasil necessitaria de um resultado positivo em seu balanço primário equivalente a 4,9% do PIB, estimou Végh.

Em outro cenário hipotético, que permitiria ao país obter o grau de investimento em dez anos, seria necessário um esforço equivalente a 5,8% do PIB por uma década. Posteriormente, esse percentual poderia ser reduzido para 4,1%. O economista enfatizou que ambos os casos são exercícios hipotéticos: “Não estou defendendo ou recomendando (ajustes nesses níveis)”, frisou.

